AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 3 Nº 1 5 DE FEVEREIRO DE 1979

0000000238
BIBLIOTECA KARL A BOEDECKER
ESCOLA DE ADM DE EMPRESAS FGV
ATT TANIA RODRIGUES MENDES
AV 9 DE JULHO 2029 10 ANDAR
SAO PAULO SP

Biblioteca

PERIODICOS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

AGROANALYSIS é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola (GIA) dedicada à análise e previsão dos mercados agropecuários, cuja periodicidade é quinzenal de fevereiro a agosto, e mensal de setembro a janeiro.

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Pecuária Bovina	–	Antônio Roberto Marques Gonçalves
Fatores de Produção, Infraestrutura; Sistema de Safras	–	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Oleaginosas; Cereais de Inverno; Metais	–	Fernando Roberto de Freitas Almeida
Serviço de Dados Básicos	–	Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Agroindústria; Algodão	–	Inês Teresa Lyra
Animais de Pequeno e Médio Porte	–	Irene Freire Raguenet
Cacau; Fruticultura; Horticultura	–	Itazil F. Benício dos Santos
Milho; Sorgo; Rações; Serviço de Cadastro	–	Ivan Wedekin
Cana de Açúcar; Mandioca	–	Moema Unis Benevides
Moeda e Crédito; Editoração; Fumo; Arroz e Café	–	Regis Norberto da Cunha Alimandro
Comércio Internacional; Feijão	–	Roberto Moreno Moreira

QUADRO DE APOIO

Arte Final	–	Jorge Martins dos Santos
Mensageiro	–	José de Oliveira Melo Junior
Secretaria	–	Maria Beatriz Rosolem Fernandes
Assistente de Secretaria	–	Maria Berni Medina de Abreu
Serviço de Documentação	–	Maria Eunice Rocha

Agroanalysis. v.I – , n.1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30cm Quinzenal (fev. a ago.)
Mensal (set. a jan.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631(05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. 3 nº 1 5 de fevereiro de 1979

ÍNDICE

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

NOTA DA EDIÇÃO pág. I

PANORAMA AGROPECUÁRIO

Preços no Mercado Externo pág. 2
Preços no Mercado Interno pág. 4
Preços Relativos pág. 6
Fatores de Produção pág. 8

COMENTÁRIOS

Algodão pág. 12
Arroz pág. 14
Carne pág. 16
Suinocultura pág. 17
Trigo pág. 18

NOTAS CONJUNTURAIS

Algodão pág. 21
Milho pág. 21
Soja pág. 22

Agroanalysis	Rio de Janeiro	v.3	n. 1	pág. 1 a 23	fev. 1979

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

NOTA DA EDIÇÃO

É cedo ainda para se fazer uma estimativa precisa das perdas decorrentes da estiagem que atingiu o Sul do país. As informações, como sempre acontece nesses casos, são inicialmente contraditórias e refletem não só o reconhecimento daquilo que é irremediável mas, também, muitas vezes, as apreensões do informante com relação ao desenrolar dos acontecimentos.

Neste particular, o mês de fevereiro será importante para muitas colheitas. As variedades tardias de soja, por exemplo, ainda poderiam ser beneficiadas pela chegada das chuvas; assim como algumas áreas de algodão plantadas com atraso no Paraná. O mesmo aconteceria com o arroz, cujos produtores, atualmente, se acham na contingência de abandonar parte das quadras para garantir a irrigação das restantes.

Por enquanto, contudo, os efeitos da estiagem parecem menos severos que os verificados em 1978. Desta vez, a quebra prevista para a safra de milho monta a 1.300 mil t, o que representa um decréscimo de 7% com relação à estimativa inicial de produção, bem inferior aos 28% de perda registrados em 1978. Tudo indica que não haverá necessidade de importar, pois a produção será suficiente pelo menos para atender ao mercado interno. Com relação ao arroz, embora a frustração de safra no Paraná tenha atingido um índice bastante alto (37%), a situação é também menos preocupante que no ano passado, quando a quebra, naquele estado, alcançou 76%.

O suprimento de algodão, por outro lado, pode revelar-se problemático em 1979. Mas isso, menos em função de uma redução de 14% na safra paranaense, devido à estiagem, do que em razão do crescimento do consumo por parte das indústrias e do abandono paulatino da cultura em São Paulo. A indústria têxtil aumentou em 21% o seu consumo no ano de 1978. Em 1979, ainda que as manufaturas apenas mantenham o volume de compras do ano passado, o mercado funcionará com pequena folga. Nesse contexto, torna-se particularmente inquietante o que vem ocor-

rendo em São Paulo, onde a cultura do algodão está sendo substituída gradativamente pela da soja. A área colhida com algodão, naquele estado, caiu de 665 mil ha, em 1966, para 300 mil ha, em 1977. No mesmo período, a área de soja pulou de 12 mil ha para 449 mil ha. Não é de admirar, portanto, que a necessidade de atender à indústria nacional tenha resultado em exportações decrescentes, como mostra o quadro abaixo:

EXPORTAÇÕES DE ALGODÃO
(em mil t)

1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
263	283	83	107	5,6	35	40

A produção de soja, finalmente, mesmo com as quebras previstas, de 37% no Rio Grande do Sul e de 11% no Paraná, deverá alcançar volume ponderável. Apenas as exportações de grãos poderiam ficar prejudicadas. Em 1978, a frustração da safra custou caro ao país: cerca de 1 bilhão de dólares a menos nas exportações.

Felizmente, algumas lições podem ser tiradas da ocorrência repetida de estiagens no sul do país. Fica claro, mais uma vez, a conveniência de se proceder a uma melhor distribuição da produção agrícola no território nacional, como forma de reduzir os riscos que pesam sobre a lavoura e de promover o desenvolvimento de regiões relativamente atrasadas. Sobressai, igualmente, a necessidade de instituir um seguro agrícola mais abrangente que o atual sistema, não só em termos de cobertura dos riscos mas, também, quanto ao número de beneficiários. Finalmente, com relação ao abastecimento interno, é oportuno lembrar que as importações, caso se revelem

necessárias, devem ser programadas de maneira a conciliar o atendimento do mercado doméstico com a preocupação de não desestimular o produtor nacional.

Panorama Agropecuário

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Comportamento dos futuros
4º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

ATÉ: 29/01/79

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição real dos futuros 79 jan 79 mar 79 mai 79 jul 79 set 79 nov 80 jan	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters,	+28%	+7%	US¢ 7,98 (mar)	+2% +8%	↘	. Setor produtor de cana e beterraba nos EUA reivindica legislação açucareira com a proximidade do período de plantio. Esta é pré-requisito para ratificação pelos EUA do AIA. . Recentes acontecimentos políticos e sociais na China poderão resultar em acréscimo de suas importações.
ALGODÃO 1-1/16"M-Memphis MERC.–N.YORK US¢/lb–peso Fontes: Reuters,	-7%	+6%	US¢ 60,66	+5% -2%	↘	. Menor demanda externa pelos tipos norte-americanos devido à perspectiva de elevação na área plantada dos EUA para 79/80.
CACAU BAHIA MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters,	-2%	+12%	US¢ 155,19 (mar)	-1% - 3 %	↘	. Manufatureiros fora do mercado. . Queda na moagem da Alemanha Ocidental no 4º. trimestre.
CAFÉ SANTOS MERC. – N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters,	+65%	+1%	US¢ 126,40 (mar)	-4% -10%	↘	. Vendas diretas do IBC contribuem para redução dos preços. . Com a redução do depósito de exportação de café da Colombia, os países da América Central têm baixado seus preços de registro.

*** Valores deflacionados pelo IPA norte–americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa–se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.**

NOTA: Cotações no disponível de açúcar, cacau e café suspensas. Considera-se, então, o futuro 1ª entrega.

Panorama Agropecuário

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição real dos futuros 79 jan	79 mar	79 mai	79 jul	79 set	79 nov	80 jan	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters,	+ 3 %	-1%	US¢ 227,62			+1%			+4%		↗	. Bom movimento das exportações norte-americanas. . Programa de preço-suporte nos EUA engloba cerca de 30 Mt. África do Sul diminui exportações devido à frustração de safra.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters,	-11%	-1%	US¢ 691,56			+1%			-7%		↗	. Danos à safra brasileira aquecem o mercado.
SOJA FARELO MERC. – CHICAGO US$/T. Fontes: Reuters,	-6%	+2%	US$ 186,86			+1%			-5%		↗	. Sem alteração.
TRIGO SOFT RED MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters,	-21%	-2%	US¢ 373,89			-7%			-17%		→	. Expectativa quanto à criação do novo Acordo Internacional compensa o efeito baixista da oferta recorde prevista para 1979.

* Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.

Panorama Agropecuário

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

ATÉ: 29/01/79

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 5–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	-25%	-6%	Cr$ 539,00	→	.Pedido para importar algodão não refletiu no mercado. .Situação menos folgada na oferta contrabalançada pela menor atividade sazonal da indústria têxtil têm sustentado os preços estáveis.
ARROZ Amarelão-Est. Cen. MERC.–SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-4%	+1%	Cr$ 552,75 (**)	→	Importações do produto têm contribuido para desaquecer temporariamente o mercado dos grandes centros de consumo.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	+47%	-8%	Cr$ 2.000,00	↗	Começa a rarear a quantidade de café de baixa qualidade em mãos dos atacadistas.
BOI GORDO – MERC.–Pres.Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA–SP	-29%	-2%	Cr$ 545,00	→	.Produção de safra insuficiente para abaixar preço. .Mercado externo em alta, contribuindo para estabilidade interna.

*** Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV**

**** Produto tabelado**

Panorama Agropecuário

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

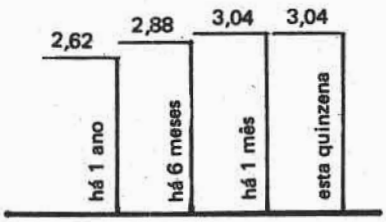
PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Preto Comum MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-2%	+8%	Cr$ 530,00	↘	Colheita da safra das águas provê o mercado de boa quantidade do produto.
FRANGO Abatido MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	-25%	+13 %	Cr$ 30,00	↗	Após 1 mês de estabilidade, preços deverão subir, dada a firmeza de demanda e o bom nível de comercialização do produto. Setor reivindica maior apoio do novo governo.
MILHO Amarelo Semi-duro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+14%	+2%	Cr$ 130,00 (**)	→	Sem alteração. Milho da nova safra do Paraná (com 35% de umidade) comercializado a Cr$... 140-150/sc 60 kg.
SOJA-GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-4%	+1%	Cr$ 274,25	→	Setor industrial bem abastecido.

* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV

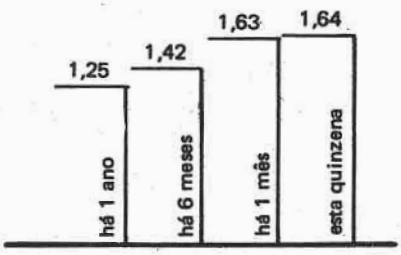
** Produto tabelado

MERCADO EXTERNO

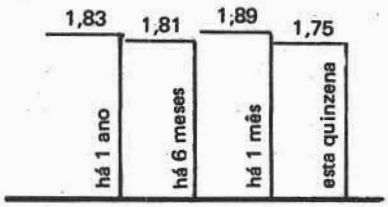
Soja / Milho



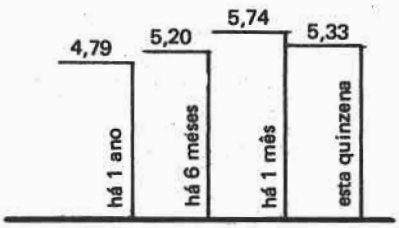
Trigo / Milho



Algodão / Soja



Algodão / Milho



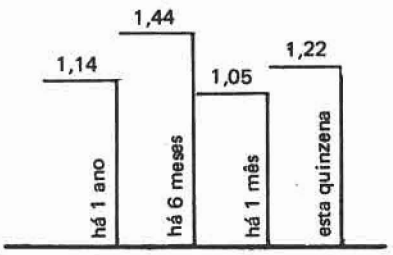
FONTES – Algodão: Reuters, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Reuters, Commodity Year Book.

NOTAS: Não sofreu alteração, esta quinzena, a relação de preços soja/milho em comparação com o nível de há 1 mês. Embora as cotações internacionais do complexo soja tenham se elevado em resposta às notícias acerca do agravamento da estiagem na região sul do Brasil, um ligeiro aquecimento da demanda pelo milho fez com que seu preço se elevasse em 1,4%, comparativamente ao nível verificado há 1 mês. Essa alta bastou para compensar o incremento sofrido pelo preço da soja. * Esta quinzena, o preço relativo trigo/milho encontra-se em nível 15,5% e 31,2% superior àqueles verificados, respectivamente, há 6 meses e 1 ano atrás. A expressiva valorização do trigo, neste período, deveu-se à política norte-americana de *set-aside*, bem como à demanda adicional pelo produto decorrente da instabilidade do dólar norte-americano. *** Em decorrência da expectativa de redução da super safra mundial de soja, prevista para 78/79, o preço da oleaginosa elevou-se 1,2%, comparativamente ao nível verificado há 1 mês. Estes dois eventos combinados determinaram uma relação de preços algodão/soja 7,4% abaixo daquela registrada há 1 mês. *** Por sua vez, o preço relativo algodão/milho, esta quinzena, encontra-se 7,1% abaixo do valor de há 1 mês. A depreciação que vem-se verificando no preço do algodão devido à contração da demanda pelos tipos norte-americanos, explica essa queda.**

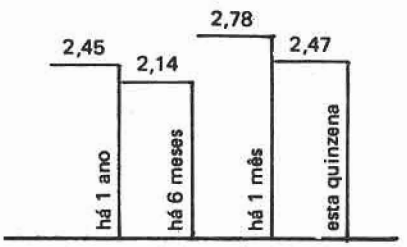
PREÇOS RELATIVOS

MERCADO INTERNO

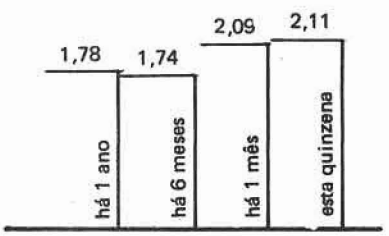
Boi Gordo / Frango Abatido



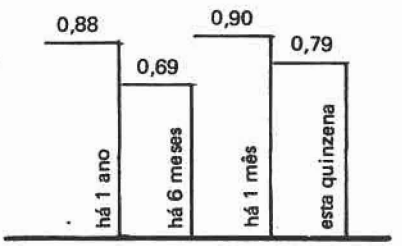
Frango Abatido / Ração Ave Corte



Soja / Milho



Feijão Preto / Feijão a Cores



FONTES – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Abatido e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agric. SP e APA. Feijão Preto, Feijão a Cores, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

NOTAS: Nesta quinzena, registrou-se um aumento de 16,2% na relação de preços boi gordo/frango abatido em comparação com o nível de há 1 mês. Deve-se isso, de um lado, à alta ocorrida nas cotações da arroba do boi gordo devido à insuficiente oferta do produto e à dificuldade de efetivar compras nos mercados da Argentina e do Uruguai, e, de outro, à queda sazonal de 11,5% no preço do frango abatido. * A queda experimentada no mercado avícola de corte refletiu-se, de imediato, na margem de lucro dos avicultores, na medida em que a relação de preços frango abatido/ração retrocedeu em 11,2% à posição ocupada há 1 mês. Nesse período, o mercado de rações permaneceu estável. *** A manutenção do preço (tabelado) do milho ao nível de Cr$ 130,00/sc 60 kg no mercado atacadista, associada à recuperação do preço da soja (+21,6% e +3,9% em comparação com o nível de há 6 meses e de há 1 ano, respectivamente) determinou, esta quinzena, uma relação de preços soja/milho 21,2% superior àquela verificada há 6 meses. *** A entrada de feijão preto proveniente da safra das águas do Paraná, contribuiu para um ligeiro arrefecimento de seu preço no mercado paulista (queda de 7,6% frente ao nível de 1 mês antes). Simultaneamente, o preço do feijão a cores elevou-se em 4,8%, fazendo com que a relação de preços feijão preto/feijão a cores atingisse um patamar 12,2% inferior àquele verificado há 1 mês.**

FERTILIZANTES

PNFCA PROVOCA MUDANÇAS ESTRUTURAIS

A implementação do Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA), lançado em 1974, vem provocando mudanças substanciais nas estruturas de produção e de comercialização dos adubos químicos no país. A entrada em operação de algumas das unidades de produção previstas no PNFCA, principalmente aquelas ligadas à produção de concentrado fosfático no Brasil Central, tem afetado, ou mesmo posto em xeque, inúmeros pontos do sistema tradicional de logística das indústrias processadoras, dois terços delas localizados em São Paulo. Essa substituição de importações não se faz sem alterações na composição e no somatório final dos custos industriais do produto acabado, uma vez que os preços internos das matérias-primas e produtos intermediários são mais elevados do que os internacionais. Fato este, aliás, perfeitamente compreensível por três motivos:

1) Trata-se de indústrias nascentes, localizadas no Brasil Central, e demandando vultosos investimentos;

2) Os custos elevados de exploração de nossas jazidas em função das características dos minérios;

3) A distância das jazidas às unidades processadoras.

ECONOMIA DE DIVISAS: ÔNUS PARA A AGRICULTURA

Se, por um lado, esse processo resulta em economia substancial de divisas, por outro, implica majoração dos custos de produção do agricultor, que tem sobre os ombros o encargo de manter sempre crescente a produção agrícola a custos competitivos.

Dentro dessa nova realidade, tanto o produtor rural como o empresário industrial têm-se ressentido dos altos custos de produção. No setor industrial, muito embora não tenham sido esgotados todos os instrumentos técnicos de redução de custos e serem elevadas as despesas financeiras, as empresas produtoras de fertilizantes compostos reclamam da queda de rentabilidade e da impossibilidade de repassar o aumento dos custos industriais para o agricultor, em virtude do controle do CIP. O agricultor, por seu lado, já tendo que pagar preços acima do mercado internacional pelos insumos agrícolas de modo geral, não dispõe de condições para absorver as altas extraordinárias derivadas do processo de auto-suficiência em fertilizantes.

MERCADO ESTAGNADO EM 1978

Assim, em 1978, o comportamento do mercado de fertilizantes refletiu esse estado de coisas. O consumo aparente (produção doméstica + importações) da ordem de 3,1 milhões de t, permaneceu estagnado em relação ao de 1977. Na verdade, o consumo real deve ter sido menor visto que o nível de vendas foi menor em 78, segundo fontes do setor. Isto significa estoque mais elevado nos depósitos das indústrias, misturadores e revendedores. A produção interna de nitrogenados foi de 227 mil t de N (crescimento de 20% em relação à de 1977), correspondente a cerca de 40% do consumo aparente de seu grupo. Quanto aos fosfatos solúveis, a produção doméstica atingiu 1,1 milhão de t de P_2O_5 (crescimento de 7%), representando 77% do consumo aparente. Em relação aos potássicos, o consumo aparente foi da ordem de

1,0 milhão de t de K_2O, volume esse totalmente importado.

1979 – OTIMISMO SOB CONDIÇÕES

Em 1979, entrarão em operação mais duas unidades de produção de concentrado fosfático (VALEP, em Minas Gerais, e FOSFAGO, em Goiás) com uma produção conjunta de 500 mil t de P_2O_5, proporcionando praticamente a auto-suficiência no abastecimento dessa matéria-prima. Quanto ao sistema de transportes, há o anunciado aumento de 20% no frete marítimo. Este acréscimo deverá incidir de forma acentuada nos custos dos fertilizantes e das matérias-primas importadas, devido à obrigatoriedade de uso de navios de bandeira nacional para transporte de produtos isentos de imposto de importação.

Apesar da conjuntura negativa, é possível que haja, em 1979, uma retomada do ritmo de expansão do setor, interrompido no ano passado. Dependerá, contudo, da severidade das medidas de controle inflacionário no plano interno e da preocupação das autoridades econômicas em não reduzir a nossa competitividade no mercado internacional. Ao mesmo tempo, deveria ser solucionada a questão da baixa rentabilidade das empresas do setor, cujas condições de operação são, atualmente, anti-econômicas.

SUBSÍDIO – AINDA A SOLUÇÃO?

A hipótese aventada de subsídio direto às indústrias ou ao transporte interno das matérias primas, que, além de reduzir os custos industriais dos fertilizantes, possibilitaria maior competitividade entre as empresas, traz o pecado original de ser inflacionária e de difícil controle. Contudo, se a questão é manter as despesas do agricultor com fertilizantes dentro dos níveis de preços internacionais, não há outra solução a não ser dividir com toda a sociedade o ônus do incentivo à indústria nacional, seja na forma de um subsídio ou por meio de uma liberação dos preços dos produtos agrícolas.

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

1978 – PROLONGAMENTO DA CRISE

O ano de 1978 constitui-se em mais uma etapa da crise por que passam as indústrias de máquinas e implementos agrícolas no país. A produção de tratores, cuja evolução é acompanhada pelos demais segmentos do setor, caiu pela segunda vez consecutiva, alcançando apenas 47.870 unidades. Esta performance significou reduções de 8% e 25%, em relação aos níveis atingidos em 1977 e 1976, respectivamente, fazendo com que a ociosidade do parque industrial ultrapassasse a casa dos 50%. As vendas internas atingiram 40.875 unidades, 14% abaixo do volume vendido em 1977. Embora pouco significativas, as exportações totalizaram 6.125 tratores agrícolas, representando um aumento de 45% em relação a 1977. O segmento de colheitadeiras, com uma produção de 4.100 unidades em 1978, ficou 44% abaixo do recorde de 1976, elevando o grau de ociosidade industrial para 67%.

Diante desse fraco desempenho, inúmeras foram as indústrias que enfrentaram dificuldades financeiras ou tiveram-nas acentuadas, tais como Industrial Pampeiro, Agrale, Massey-Ferguson, Nora, Schneider &Logeman e Ideal. Duas têm sido as principais conseqüências desse processo de endividamento das empresas: a primeira refere-se ao nível elevado de desemprego, principalmente no Rio Grande do Sul; a segunda diz respeito à intensificação do processo de desnacionalização de um setor já fortemente internacionalizado.

RESTRIÇÃO DE CRÉDITO – CAUSA MEDIATA

Essa conjuntura negativa tem origem nas medidas de restrição do crédito, implementadas dentro da política anti-inflacionária, a partir de 1976. Anteriormente, a expansão significativa dos financiamentos havia nutrido a demanda de tratores agrícolas, cuja produção cresceu 31% ao ano no período 1969/76.

IMPASSE NO MERCADO

Afora todos esses aspectos, o ano de 1978 ficará também marcado pelas características singulares que envolveram a política creditícia ao setor. Normalmente, as indústrias têm suas programações anuais de produção prejudicadas pela falta de conhecimento prévio do volume de crédito e das condições de financiamento que vigorarão em cada exercício. Ano passado, depois de marchas e contramarchas, somente em abril as indústrias tiveram suas pretensões atendidas: financiamento de 100% para compras de máquinas e implementos agrícolas até 200 MVR; de 90% para compras entre 200 e 5.000 MVR; e 75% para compras superiores a 5.000 MVR. Daí, configurou-se um quadro singular: do lado industrial, capacidade ociosa, pátios abarrotados, problemas financeiros; do lado do agricultor, carência de máquinas, crédito disponível, problemas financeiros. Nos dois extremos, portanto, uma constante – problemas financeiros – mas de origens diferentes. A iliqüidez conjuntural das indústrias derivava, no caso, da iliqüidez do produtor rural que, além de permanentemente manietado à política de preços administrados, emergia de uma safra de verão frustrada.

Nesse ponto, algumas perguntas incômodas saltam aos olhos: em que grau a artificialidade do mercado (compra e venda exclusivamente em função do crédito rural) constitui-se em fator de estagnação do mercado? As compras de máquinas resultam de necessidade efetiva de capitalização do produtor rural ou decorrem das facilidades creditícias que, no

caso de investimento de longo prazo, tornam o pagamento quase simbólico?

CAPITALIZAÇÃO DO AGRICULTOR – META DE DIFÍCIL ALCANCE

No Brasil, a capitalização do agricultor de médio e pequeno portes constitui objetivo ainda inalcançado: difícil de lograr, na verdade, pois a inexistência de um sistema real de seguro da produção agrícola (e não de seguro de crédito agrícola) junge por demais os agricultores à aleatoriedade dos fatores climáticos.

INDÚSTRIA DO SETOR – *MARKETING* ATUALIZADO

As indústrias do setor, por sua vez, acostumadas às facilidades de mercado prevalecentes até 1976, negligenciaram os aspectos mercadológicos de pré e pós-venda (equacionamento do problema do agricultor, garantia e assistência técnica) que, no caso específico de bens de capital, constituem elemento indispensável da estratégia dos que almejam sobreviver no mercado. Neste sentido, os empresários terão que se adaptar, daqui por diante (algumas empresas já vêm trilhando esse caminho), à nova realidade do mercado, constituído de consumidores com reduzido poder aquisitivo e gozando de menores facilidades de crédito.

FUTURO PRÓXIMO – CAPACIDADE OCIOSA?

Ainda assim, apesar desse panorama não muito otimista, algumas nuvens claras induzem à evidência sobre o artificialismo da atual crise do mercado: será a capacidade nominal das indústrias, hoje em dia grandemente ociosa, suficiente para atender a uma nova arremetida de desenvolvimento econômico em que a agricultura constitua realmente o centro das decisões, como preconiza o próximo governo da República?

A expansão das fronteiras agrícolas, em que o cerrado constitui imensa reserva perfeitamente mecanizável em toda sua extensão, aliada à intensificação do uso da terra dos estabelecimentos rurais existentes, implicará certamente uma demanda sempre crescente de máquinas e implementos agrícolas, que as indústrias precisarão estar em condições de atender.

Comentários

ALGODÃO

AS CAUSAS ALEGADAS.

Recentemente, industriais do setor têxtil brasileiro encaminharam ao governo um pedido formal para importação de 40 mil t de algodão em pluma, provavelmente originários da zona da ALALC. A causa apontada para tal solicitação seria a possibilidade de escassez do produto para o abastecimento do mercado interno, na suposição de que 25% da produção brasileira seria exportada.

A FOLGA É DE APENAS 25 MIL T.

A estatística, no entanto, parece não confirmar a esperada falta do algodão. A posição dos estoques em 28/02/78 era de 200 mil t. Adicionalmente, as safras 77/78, meridional e setentrional, totalizaram respectivamente 300 mil e 155 mil t., ou seja, o suprimento total seria de 655 mil t. Se a indústria têxtil consumiu 520 mil t e se as exportações de 1978 totalizaram 40 mil t, a posição dos estoques em 28/02/79 (início do ano algodoeiro) será de 95 mil t. Ainda que o *carry-over* seja insuficiente para 3 meses de consumo, não existe o perigo de a indústria se deparar com a escassez de suprimento. No entanto, se o Brasil em 79 produzir 500 mil t – 330 mil da Região Meridional e 170 mil da Setentrional – e 25% for exportado (125 mil t), faltaria ao mercado interno cerca de 50 mil t – prevendo-se que o consumo em 79 esteja nos mesmos níveis de 78 (520 mil t). É sabido, entretanto que, nos últimos anos, as exportações brasileiras de algodão têm se situado abaixo de 100 mi t. O diferencial entre os preços interno e externo, tornando o produto brasileiro gravoso, e o desestímulo à exportação como forma de garantir à indústria um perfeito – e folgado – suprimento, têm sido as principais barreiras ao escoamento externo do algodão. Ano passado, por exemplo, o segundo motivo esteve bem caracterizado. O subsídio concedido à exportação do pluma, além de ser insuficiente para cobrir a gravosidade, foi rebaixado – de 28% para 20% – e, por fim, suprimido no final do mês de dezembro. Como os preços internos se elevaram acima dos internacionais, a defasagem existente se aprofundou e o baixo subsídio concedido tornou-se praticamente inócuo. Deste modo, deixou-se de exportar 10 mil das 50 mil t previstas para o ano de 1978.

PREVISÃO DOS PREÇOS INTERNOS.

Para 79, o comportamento dos mercados interno e internacional e a posição do governo frente às exportações de algodão é que poderão determinar o *quantum* a ser destinado ao exterior. No mercado interno, os preços provavelmente permanecerão com tendências altistas, desde que o consumo da indústria têxtil continue ativo. Tal hipótese deverá ocorrer mais devido ao aumento das vendas dos produtos têxteis no mercado interno, que no internacional, sendo que, no último caso, o sucesso das exportações dependerá do acordo dos EUA com relação ao código de subsídios elaborado no âmbito do GATT. Caso as compras internas de produtos têxteis permaneçam ativas, a quantidade de algodão a ser demandada até a entrada da nova safra setentrional (set) deverá ser de 405 mil t, supondo que a média mensal do consumo pela indústria têxtil seja de 45 mil t. O suprimento de 425 mil t (produção do Centro-Sul - 78/79 - adicionada aos estoques), configuraria, decerto, uma situação de mercado apertado.

PREVISÃO DOS PREÇOS INTERNACIONAIS.

Internacionalmente, a elevação dos preços do algodão – devido à menor safra (78/79) no Hemisfério Norte e à reativação da demanda – deixou o produto em posição menos competitiva com as fibras sintéticas. Por outro lado, as fibras de poliester, prin-

cipalmente, apresentaram declínio nos preços devido ao aumento da capacidade instalada das indústrias produtoras. Aliada a esta possível mudança de preferência, a relação de preços (algodão/soja; algodão/milho), favorável à fibrosa, provavelmente incentivará o aumento da área plantada com o algodão para a safra vindoura, principalmente nos EUA, cuja previsão de área é cerca de 6% maior que a da safra atual (78/79). Como não há expectativa de imposição de *set-aside* pelo governo norte-americano e como deverá haver queda no índice de redução voluntária de área (20% para 15%), a produção poderá até mesmo ultrapassar a safra recorde de 77/78 (14.389 mil fardos). As posições dos preços futuros já indicam queda nas cotações internacionais do algodão para o último trimestre deste ano. Em 30 de janeiro último, o preço cotado em Nova York para entrega em julho/79 era de 68.00 ¢/lb e caiu para 64.90 ¢/lb e 63.40 ¢/lb, respectivamente, para entrega em outubro/79 e dezembro/79.

GRAVOSIDADE TENDE A SE ELEVAR.

Preços internos tendendo à alta e cotações internacionais indicando declínio, tornam a exportação de 125 mil t ainda mais remota. Se com uma gravosidade de 20% (40% efetiva – 20% de subsídio) as exportações, ano passado, não alcançaram nem 50 mil t, com uma previsão de defasagem de preços ainda maior, as exportações do pluma, este ano, não deverão ultrapassar aquele nível. Presumindo que se exporte 50 mil t, ainda restaria em disponibilidade, para o ano de 79, cerca de 35 mil t.

AS REAIS CAUSAS DA SOLICITAÇÃO.

Se não existe ameaça de escassez no mercado interno, e tampouco a possibilidade de exportar, o que então estaria realmente por trás da solicitação da entrada do pluma estrangeiro? Basta verificar qual seria o componente a deprimir a margem de lucro das indústrias têxteis – isto é, o preço da matéria-prima principal. As cotações internas do algodão têm-se elevado sistematicamente, em cerca de 37% (nominalmente), desde meados do ano passado. A reativação da demanda pelas indústrias têxteis, devido ao melhor escoamento de seus produtos durante o inverno passado, e a frustração de safra quando da estiagem do início do ano, são consideradas as principais razões para tal aumento. É interessante notar que a defasagem entre a oferta e a demanda em out/nov/78 não deve ter ultrapassado 50 mil t, o que corresponde, em média, a somente um mês de consumo. Ainda que efetivamente não tenha ocorrido a falta do produto, só a sua possível escassez bastou para que o mercado reagisse em alta.

CONTESTANDO A POSSÍVEL DEPRECIAÇÃO NOS PREÇOS INTERNOS.

Ora, importando-se algodão, a indústria têxtial pagaria por ele preços menores – a diferença entre o preço do algodão argentino, por exemplo, e o do brasileiro (tipo 6) estaria ao redor de 17%. Por outro lado, a entrada do produto estrangeiro impediria maior elevação no preço interno, bem como tornaria os produtos têxteis brasileiros mais competitivos no mercado internacional. Isto só ocorreria se fossem importadas quantidades acima da solicitada; pois o algodão em excesso para 79 (cerca de 25 mil t), adicionado à importação (40 mil t), seria apenas suficiente para abastecer a indústria têxtil por 1 mês. Significa dizer que temporariamente o mercado poderia ser ameaçado com tendências baixistas – desde que houvesse a liberação do estoque regulador (provavelmente formado não com o algodão estrangeiro, como ventilado, mas com o nacional, já que o primeiro seria adquirido a menores preços e portanto mais vantajoso para o consumo imediato). Em suma, a possível importação não seria suficiente o bastante para deprimir o preço a ponto de fundamentar o argumento proposto e portanto não deverá ser motivo de maiores preocupações,

por parte dos cotonicultores.

COMPETITIVIDADE DOS TÊXTEIS DEVE-SE MUITO MAIS AOS SUBSÍDIOS...

Devido às dificuldades enfrentadas por nossos têxteis no mercado internacional, mormente os destinados aos EUA, que se encontram taxados com o imposto de exportação, a importação do algodão estrangeiro seria fator de redução nos custos de produção. Então, a elevação no poder de competição do produto manufaturado poderia compensar as perdas no comércio internacional decorrentes da sobretaxa norte-americana. Por dois motivos este procedimento não ocorreria. Primeiro, conforme foi discutido no parágrafo anterior, porque o preço interno do algodão não cairia o bastante a ponto de tornar os têxteis mais competitivos. Segundo, mesmo que esta hipótese ocorresse, é sabido que o maior poder de compra dos nossos têxteis deve-se muito menos a reduções no custo da produção do que aos vultosos subsídios concedidos a sua colocação externa. Em resumo, a competitividade dos têxteis brasileiros já está garantida mesmo inexistindo a hipótese de redução de custo, o que torna sem sentido a solicitação da importação de algodão.

Pelo visto, a única vantagem realmente existente em importar 40 mil t de algodão está na possibilidade de adquirir o produto estrangeiro a preços menores.

AS CONSEQUÊNCIAS DE SE IMPORTAR VOLUME MAIOR.

Situação diametralmente oposta ocorreria se esta solicitação fosse a primeira de uma série. Neste caso, a própria indústria têxtil é que estaria gerando situações permanentes de escassez interna, através do desestímulo ao plantio de algodão.

ARROZ

ABASTECIMENTO CONTURBADO EM 1978.

A safra brasileira de arroz, em 77/78, situou-se em torno de 7,4 milhões de t, volume inferior em 1,8 milhões de t à média das produções obtidas nas duas estações anteriores. Esta notável redução deveu-se tanto aos problemas climáticos que comprometeram a produção agrícola da região Centro-Sul, ano passado, como aos desestímulos diversos que vêm, há muito, afetando os orizicultores brasileiros.

Apesar disso, durante o segundo semestre de 1978, foi fartamente anunciado que os estoques de arroz em mãos de organismos governamentais seriam suficientes para garantir o abastecimento adequado de todos os centros de consumo. Assim, o recurso ao mercado internacional estava, em princípio, descartado. Paralelamente, o tabelamento de preços seria mantido até a entrada da próxima safra, objetivando apenas impedir que eventuais problemas na distribuição do estoque oficial resultassem em elevações bruscas de preços.

OS PRINCIPAIS OBJETIVOS GOVERNAMENTAIS FORAM ATINGIDOS.

A despeito da gradual piora de qualidade do produto comercializado no varejo, decorrente da prática não reprimida de misturar o arroz de qualidade inferior ao produto de primeira, os objetivos governamentais foram, em grande medida, atingidos. A elevação de preços registrada no mercado varejista do Rio de Janeiro no período jan/dez/78 montou a 53%, o que tendo em vista a redução da produção em 11% e o crescimento dos preços da alimentação no atacado (+46% no período jan/nov), confere, àquela taxa, caráter de elevação relativamente moderada. Por sua vez, não fo-

ram registrados, pelo menos nos grandes centros de consumo, problemas de abastecimento de maior gravidade. Esporadicamente, algum atraso na distribuição do estoque oficial gerava pequena descontinuidade no suprimento das cidades.

APÓS O PLANTIO, IMPORTAÇÕES...

A importação de arroz que, há muito, sabia-se necessária, foi sendo postergada, objetivando evitar desestímulo extra ao orizicultor. Em termos de reduzir o risco de interrupção do abastecimento, esta medida era justificável, pois os estoques oficiais deverão estar esgotados quando da colheita da próxima safra. Assim, logo após a efetuação do plantio nas diversas regiões produtoras, tornou-se possível a importação de 115 mil t de arroz, das quais 75 mil t já foram desembarcadas.

ANDAMENTO DA SAFRA 78/79 DO SUL DO PAÍS

Em relação à safra 78/79, dificilmente a previsão inicial de crescimento da área de plantio no Rio Grande do Sul – 5% a 10% – irá resultar em elevação proporcional da produção. Na época da preparação do plantio, algumas regiões apresentavam pequena disponibilidade de água para irrigação. Em conseqüência, alguns agricultores destas regiões não efetivaram a pretendida ampliação de área. Posteriormente, outras regiões do Rio Grande do Sul foram afetadas por inundações, fato que obrigou ao replantio nas áreas mais fortemente atingidas.

NOVAMENTE A ESTIAGEM.

Embora não sejam disponíveis informações definitivas, a estiagem que vem atingindo os estados do Rio Grande do Sul e Paraná poderá causar danos de maior gravidade à cultura do arroz. No Rio Grande do Sul, alguns agricultores já optaram por abandonar pequena parte da área de cultivo, objetivando proporcionar água suficiente ao desenvolvimento da gramínea plantada na área restante. No entanto, a produtividade do arroz gaúcho não está ainda comprometida em definitivo. A situação somente se agravará se a estiagem se prolongar, a ponto de se fazer necessária a redução sensível da água para irrigação. Se, ao contrário, ocorrerem chuvas capazes de elevar o volume de água dos mananciais das regiões produtoras a seu nível normal, ainda será possível a obtenção de um bom índice de produtividade.

NO PARANÁ, RISCO MAIOR.

No Paraná, entretanto, a situação da lavoura é mais preocupante, uma vez que algum prejuízo em termos de produtividade já é irremediável. Como é sabido, no estado cultiva-se arroz de sequeiro, cuja sensibilidade às condições climáticas é bastante elevada. Ainda que as precipitações pluviométricas se regularizem imediatamente, a quebra de produtividade é irreversível, uma vez que o cultivo de sequeiro requer chuvas em determinados estágios do desenvolvimento da planta, sob pena de forte comprometimento da colheita.

Segundo levantamento realizado há poucos dias pela Secretaria da Agricultura do Paraná, a safra 78/79 daquele estado deverá apresentar quebra de, aproximadamente, 37% em relação à previsão inicial (841,5 mil t). As autoridades, no entanto, ressalvam que esta estimativa dos danos imputáveis à estiagem tem caráter bastante prematuro. Se confirmada esta previsão, seu efeito em relação à oferta global de arroz para 1979 será diminuto, uma vez que o Paraná é responsável por menos de 10% da safra brasileira. No entanto, algum estímulo compensatório aos orizicultores paranaenses se fará necessário, objetivando evitar forte redução de área quando do plantio da próxima safra, pois, pela segunda vez consecutiva, são eles vítimas de problemas climáticos.

Comentários

CARNE

IMPORTAÇÃO DIFÍCIL...

Com o seu rebanho suíno em fase de recuperação e necessitando, portanto, recorrer ao mercado externo para suprir as necessidades domésticas, o Brasil deverá encontrar sérias dificuldades para adquirir carne bovina este ano. Já em 1978, a redução ocorrida na produção interna não foi coberta senão em um terço pelas importações.

... OFERTA MUNDIAL EM RETRAÇÃO.

Atualmente, exetuando-se a Argentina e a Europa Oriental, todos os grandes rebanhos do mundo atravessam igual fase de recuperação, ou iniciam uma fase cíclica de oferta decrescente. Conseqüentemente, a tendência é de elevação de preços no mercado internacional. Mesmo que o preço interno se mantenha acima das cotações internacionais, as pretendidas importações brasileiras só serão desejáveis, do ponto de vista do combate à inflação, nos casos em que o custo do frete se mostrar favorável. Argentina e Uruguai seriam, então, os fornecedores mais indicados. No entanto, parece que a disponibilidade conjunta dessas praças não bastará para suprir as necessidades de importação do mercado brasileiro.

SITUAÇÃO DO MAIOR IMPORTADOR.

Os EUA são, atualmente, os maiores importadores mundiais de carne bovina e o início da recuperação de seu rebanho, que contribuirá para arrefecer a pressão da demanda mundial, só terá lugar em 1981, segundo o USDA. Para se ter uma idéia do reflexo dessa situação sobre os preços internacionais, a cotação da carne bovina em Chicago, atingiu, recentemente, 60 ¢/lb, quando, há um ano, se encontrava no nível de 45 cents. Ano passado, os norte-americanos aumentaram suas importações de carne em 91 mil t. Em meados de 1978, essas importações eram realizadas a um preço em torno de US$ 1.800,00/t CIF e, já no final do ano, o preço médio situava-se em redor de US$ 2.300,00/t.

MERCADO ARGENTINO NÃO FOI EXCEÇÃO.

Na Argentina, o comportamento do mercado não constituiu exceção. A cotação do boi de 400-500/kg, era de 225 pesos por kg no início de 1978, elevando-se a mais de 700 pesos nos últimos dias de dezembro. Atualmente, os argentinos relutam em entregar carne ao preço de US$ 1.100,00/t que vem sendo oferecido pelos importadores brasileiros. A Interbrás firmou contrato em julho para aquisição de 60 mil t, das quais somente a metade entrou no país. Do Uruguai, não se poderá importar facilmente, devido à pequena disponibilidade do produto e à política de proteção ao consumo interno.

RETRAÇÃO AUSTRALIANA.

Na Austrália, previsões de queda de 16% nos abates da safra 78/79 deverão resultar em um aumento de preço, estimado em 30%. O volume de suas exportações deverá também reduzir-se em 7%. Essa retração na oferta Australiana, afetando os EUA, seus maiores compradores, fatalmente influirá, ainda que indiretamente, nos planos brasileiros de importação. Os americanos, como já se especula, podem se dirigir para o mercado argentino, tornando-se, assim, nossos concorrentes.

PLANO INTERNO...

Dado este panorama, conclui-se que, este ano, o mercado mundial de carne será particularmente difícil para os compradores. Os reflexos dessa conjuntura já começam a se fazer sentir no comportamento dos preços internos. Os frigoríficos, até há pouco otimistas quanto às importações, passaram a encarar mais realisticamente o mercado, e tentam, junto às autoridades fazendárias, a revisão do "acordo de cavalheiros" firmado entre eles e os supermercados para a venda de carne tabelada.

Comentários

A REALIDADE DO MERCADO.

Com os aumentos concedidos, de 30% em dezembro e 23% em janeiro, à exceção do Rio de Janeiro onde só vigora o primeiro, os preços de venda de traseiros elevaram-se a Cr$ 40,00/kg. Alegam os frigoríficos que tal preço só seria praticável se a cotação da arroba do boi se situasse em, no máximo, Cr$ 500,00, nível este já ultrapassado. Pleiteavam, assim, a cotação do traseiro a Cr$ 45,00 mas receberam, em troca da manutenção do preço, um reescalonamento da dívida contraída junto à COBAL. Evidentemente, esta compensação constitui um subsídio implícito à carne vendida nos supermercados.

SUINOCULTURA

MENOR OFERTA DE CARNE BOVINA.

Presentemente, um balanço do desempenho da suinocultura em áreas onde esta atividade concentra grandes esforços de produção (como os EUA e a Comunidade Européia) reveste-se de grande importância diante das perspectivas de prolongamento da atual fase de retração da oferta no mercado mundial de carne bovina. Paralelamente, a abundância internacional de grãos forrageiros, cujos reflexos espalham-se sobre o mercado de rações, permite a elaboração de um primeiro esboço que forneça uma visão ampla sobre o comportamento destes segmentos pecuários no decorrer da última etapa da presente década.

1978, ANO FRACO PARA A SUINOCULTURA AMERICANA.

Nos EUA, em 1978, a despeito da atratividade do preço relativo porco/milho, o abate total (88,2 milhões de cabeças) revelou tão-somente um incremento de 2%, em relação a 1977, contrariando aos sucessivos prognósticos do Departamento de Agricultura, embasados, via de regra, em superavaliações do rebanho suinícola daquele país. A afetar negativamente o nível da produção, entre outros fatores, destacaram-se: o rigor do inverno na temporada passada (responsável por uma taxa de mortalidade de animais acima do normal), a retração no consumo varejista resultante da discussão em torno dos possíveis danos à saúde humana decorrentes da adição de nitritos no preparo de produtos suínos e, finalmente, a própria relutância dos produtores em investir recursos próprios adicionais no processo produtivo, uma vez configurada a restrição de recursos oficiais imposta pela administração norte-americana.

CEE: BALANÇO E...

O rebanho suinícola da CEE, por sua vez, apresentou um aumento de 6% no período jun 77/jul 78 (alcançando 65,4 milhões de cabeças), o que, aliado à constância do rebanho bovino (47,1 milhões de cabeças, à mesma época) constituiu-se em fator de pressão sobre a margem de lucro dos suinocultores, principalmente no primeiro semestre e no último trimestre de 1978. Ao final do ano, o abate de suínos havia alcançado a cifra de 112,3 milhões de cabeças, revelando um acréscimo de 3,6% sobre o desempenho da temporada anterior.

... PERSPECTIVAS.

Analogamente, a expectativa para o primeiro semestre de 1979 é de permanência de preços baixos, uma vez que o mercado deverá continuar bem abastecido, na medida em que se projeta um abate de 115,5 milhões de cabeças durante ago 78/jul 79, com a produção de carne suína devendo crescer 2 a 3% no presente ano. Por outro lado, paira a expectativa de que esse aumento na oferta de suínos venha a coincidir com a fase cíclica descendente da oferta de bovinos na CEE, cuja alta de preços servirá como estímulo suplementar ao consumo de carnes substitutas, ao mesmo tem-

po em que garantirá firmeza a estes mercados. Tal pressuposto é fortalecido quando se considera que a CEE é um importador líquido de carnes.

Uma vez que o início da recuperação do rebanho bovino norte-americano dar-se-á apenas em 1981, pode-se, de imediato, prognosticar a manutenção dos atuais estímulos de preços à produção suinícola, reforçados pelas baixas cotações vigentes no mercado de grãos forrageiros.

NOS EUA, EXPECTATIVAS OTIMISTAS.

Nesse sentido, o último relatório do USDA estima um rebanho suíno ao redor de 59,9 milhões de cabeças (6% superior ao de 1 ano atrás, e recorde desde 1972), ao mesmo tempo em que revela a intenção dos criadores de ampliar o rebanho em cerca de 15% durante dez 78/mai 79, comparando-se com idêntico período do ano anterior. Evidentemente, e a exemplo dos relatórios anteriores, tais números devem ser analisados com a necessária cautela.

Por outro lado, as intenções de aumento na produção de carne suína, nos EUA, em 1979, deverão ser afetadas pelos seguintes fatores principais: a preocupação dos criadores quanto a um eventual controle de preços, maiores restrições na disponibilidade de recursos oficiais e, finalmente, a iminência de diminuição do consumo varejista caso os preços persistam numa escalada altista.

TRIGO

NÚMEROS FINAIS DA SAFRA.

As expectativas de que a triticultura brasileira teria um *inverno dos bons tempos,* na safra de 1978, parecem confirmadas diante dos números finais da colheita. Até o momento, as aquisições do Detrig — desde 1962 único comprador do trigo nacional — totalizam 2,663 milhões de t, indicadoras da terceira maior safra já obtida no Brasil.

A explicação para este resultado reside na produtividade elevada, permitida pelo clima favorável, sobretudo no Rio Grande do Sul. Já em São Paulo e no Paraná, as condições atmosféricas não foram tão boas, fazendo com que este último estado voltasse a ocupar o segundo lugar entre os produtores. Contudo, mesmo a vultosa quebra antes prevista para os trigais paranaenses não se confirmou. As 864 mil t esperadas transformaram-se em 1,033 milhão de t, representando uma frustração de 31%, em relação à produção potencial esperada, de 1,5 milhões de t.

INCENTIVO PARA 1979.

No Rio Grande do Sul, o êxito apresentado pelo cereal (1,22 milhões de ha plantados e 1,5 milhões de t extraídas) contribuirá para manter o interesse pela triticultura em 1979, dependendo apenas da fixação de um preço de garantia remunerador dos custos de produção.

Porém, mesmo em outras regiões produtoras, a boa qualidade dos grãos colhidos em 1978 representa incentivo ao plantio do trigo na próxima safra, já que o peso hectolítrico verificado oscilou entre o máximo de 83 nas lavouras experimentais do Distrito Federal e o mínimo de 74,8 na frustrada colheita de São Paulo. Em conseqüência o PH médio foi de 78, o que habilita os produtores, na escala elaborada pelo governo, a um preço de Cr$ 249,00 por saca.

Comentários

SEMENTES, UM PROBLEMA A MENOS.

Descartando-se, por improvável, a hipótese de excepcional atratividade da triticultura, via um novo preço satisfatório, a área a ser cultivada com o cereal na safra de 1979 não sofrerá grandes modificações. A constituição de grande reserva de sementes (600 mil t, sendo 300 mil no Paraná e 272 mil no Rio Grande do Sul) garantirá a provável expansão dos trigais no Rio Grande do Sul e, mesmo descontando-se possíveis perdas, em torno de 20% no processo de seleção, será suficiente para o plantio de aproximadamente 4 milhões de ha, área nunca atingida pela lavoura, no Brasil. Deste modo, não serão necessárias importações de sementes, exceção feita a variedades mexicanas, sempre adquiridas por seu bom desempenho nos solos do norte paranaense.

IMPORTAÇÕES, VELHO PROBLEMA.

No âmbito internacional, o Brasil permanecerá entre os sólidos formadores da demanda mundial pelo grão, mantendo suas aquisições na casa das 4 milhões de t e reafirmando a importância do país, como comprador, numa hora em que se acirra a competição entre os exportadores do produto.

INTENSA COMPETIÇÃO ENTRE OS EXPORTADORES...

De fato, intensa concorrência tem-se verificado, nos últimos meses, no mercado de cereal. Primeiramente, com a colocação de trigo subsidiado da Comunidade Européia em regiões não atendidas tradicionalmente pela CEE. Posteriormente, com a entrada de trigo argentino, a preços inferiores em US$ 15/t, na média, ao produto norte-americano, o que levou os maiores exportadores a preocuparem-se, em razão do próximo fim das colheitas no Hemisfério Sul, que agregarão novos contingentes à oferta internacional.

VALORIZA AS DISCUSSÕES DO NOVO ACORDO.

Adquiriram destaque, neste contexto, as negociações recém-iniciadas (terceira tentativa desde março de 1978!) do Acordo Internacional do Trigo. Desta feita, tem-se de positivo o acerto entre os EUA e a CEE em relação ao preço referencial para a constituição dos estoques reguladores do mercado. Todavia, os setenta participantes das conversações disporão de apenas três semanas para deliberarem a respeito da oscilação de cotações a ser tolerada, do tamanho das reservas (provavelmente entre 25 e 30 milhões de t, a um custo de US$ 3,5 bilhões, mais US$ 0,5 bilhão de armazenagem) e das medidas para a revisão dos preços do Acordo segundo a inflação e as flutuações da taxa de câmbio. Também se tratará da garantia de oferta aos países importadores, de isenções das obrigações de estocagem em situações especiais e de medidas de apoio aos países em desenvolvimento para que estes possam assumir as obrigações contraídas pelo novo pacto.

Paralelamente, serão discutidas a situação do mercado dos grãos forrageiros (cevada, milho, aveia e sorgo), a formação de um programa de ajuda alimentar aos países subdesenvolvidos (no total de 10 milhões de t) e, no foro do GATT, a questão dos subsídios às exportações. Até mesmo a formalização do Acordo poderá suscitar divergência entre os participantes, pois se os EUA e o Japão desejam vê-lo vinculado aos acordos sobre produtos lácteos e carne, que são parte do "pacote" de acordos do GATT, os canadenses e australianos preferem-no isolado, como sempre esteve.

O ACORDO E O BRASIL.

Ao Brasil interessa vivamente o encaminhamento desses tópicos, cabendo-lhe, enquanto possuidor de um projeto de auto-suficiência em trigo, atentar para as diretrizes do Acordo. O espectro de super-oferta mundial do cereal significará cotações deprimidas durante o ano, o que convém aos países importadores, principalmente se,

em Genebra, não se decidir a formação dos estoques de reserva.

No entanto, esforços não serão poupados pelos exportadores que antevêm, com preocupação, a possibilidade de novas boas safras na URSS, afastando-a do mercado.

NOTAS CONJUNTURAIS

ALGODÃO

PREVISÃO DE QUEBRA.

A estiagem no Estado do Paraná, que se estendeu por quase 1 mês, não afetou substancialmente a cultura do algodão. Até agora, a quebra prevista é de 14% das 450 mil t de algodão em caroço que seriam colhidas nesta temporada. Nas principais zonas produtoras, Cornélio Procópio, Campo Mourão e Umuarama, que contam com quase 70% da produção do Estado, as quebras se situam ao nível da média, exclusive em Campo Mourão, cuja perda registrada é de apenas 5%. A região de Paranavaí foi a que mais sofreu com a estiagem (redução em 30% da safra prevista). Porém, como a sua produção não é muito significativa, inexistem motivos para maiores preocupações.

ÁREAS PLANTADAS PRECOCE E TARDIAMENTE.

As áreas plantadas precocemente e que por isso não sofreram com a estiagem da época do plantio (set/out) apresentam plantas mais resistentes e em algumas áreas já está sendo colhido o algodão. Por isso, a seca do mês de janeiro não deverá afetar esta cultura e a produção está praticamente garantida. No entanto, as áreas plantadas mais tardiamente, ou aquelas que foram semeadas em sua época normal, que são a maioria, apresentam plantas mais enfraquecidas. São estas as que devem ter sido afetadas mais intensamente pela seca; e, mesmo que as precipitações continuem, esta cultura tardia registrará quebras.

A QUEDA NA PRODUTIVIDADE.

Como 60% da cultura de algodão se encontram na fase de formação de maçãs, é bem provável que, com a insuficiência de umidade, haja floração antes da época normal. Assim, à quebra da safra propriamente dita somar-se-ão os danos sobre a qualidade da fibra, à semelhança do que ocorreu na temporada anterior (77/78).

AS CONSEQUÊNCIAS DE UMA QUEBRA MAIOR.

Entretanto, apenas se a quebra for superior a 30% é que o suprimento nacional de algodão ficará comprometido. Neste caso, o país, indiscutivelmente, terá que recorrer ao mercado externo.

MILHO

MERCADO INTERNACIONAL: PERSPECTIVAS.

Não obstante a área semeada com milho nos EUA, tenha diminuído em 5% frente ao plantio de 1977, um comportamento favorável do clima naquele país propiciou uma produtividade recorde (6.352 kg/ha) na safra recentemente colhida. Isso levou a produção do cereal ao nível de 180 milhões de t, 10% superior à colheita do ano anterior.

Na previsão dos preços futuros do milho, conjugam-se alguns fatores que, contrapondo-se aos efeitos baixistas da grande oferta norte-americana, talvez acabem por induzir a alguma recuperação das cotações do produto no mercado internacional. Nesse sentido, destacam-se, nos EUA, a expressiva quantidade de milho beneficiada pelo programa de preço-suporte (cerca de 30 milhões de t) e a perspectiva de expansão (entre 5 e 10%) no consumo interno do cereal. Por outro lado, admite-se uma significativa participação da URSS e da República Popular da China na composição da demanda internacional, enquanto a frustração de safra na África do Sul (de 10 para 7-8 milhões de t) favorece a ampliação da parcela norte-americana no comércio mundial.

BRASIL: ABASTECIMENTO GARANTIDO.

No Brasil, por seu turno, a ocorrência de estiagem no Sul do país vem reduzir o otimismo das primeiras estatísticas oficiais (ao redor de 19 milhões de t). Muito embora precárias, como de praxe, as primeiras estimativas dão conta de grandes perdas no Rio Grande do Sul (30%), enquanto o Paraná — maior estado produtor — deverá sofrer uma quebra de menor monta (8%). Nas regiões centrais do país, permanecem as expectativas de boas colheitas.

Em síntese, nas condições atuais, a antevisão de crise no abastecimento interno do cereal soa prematura, ainda que pareça diluir-se a possibilidade de existência de algum excedente, ao final do período de comercialização da safra entrante.

SOJA

PRIMEIRAS INFORMAÇÕES DE QUEBRA INFLUENCIAM O MERCADO.

O mercado internacional da soja já começou a refletir a mudança de expectativas quanto ao volume da safra brasileira, fazendo com que as cotações do complexo atingissem níveis elevados, com o grão superando os US$ 7 por bushel. Embora as notícias divulgadas sobre a estiagem ainda estejam sujeitas a dúvidas, já foram suficientes para criar, no mercado, a impressão de um novo recuo na oferta brasileira. De fato, as avaliações sobre a frustração da safra do Rio Grande do Sul concentram-se em percentuais ao redor dos 30%, tendo a Secretaria de Agricultura daquele estado calculado a perda em 37%, equivalentes a 2,3 milhões de t, diante de uma produção potencial de 6,2 milhões de t. Redução de tamanha grandeza significaria que a produção gaúcha não conseguiria atender sequer à demanda regional para esmagamento (4,5 milhões de t) e que não haveria sobras, no estado, para a exportação de grãos.

As perdas já verificadas atingem sobretudo as variedades precoces. Estas representam 40% do total plantado no estado, concentrando-se na região das Missões, aonde são semeadas em função do término da colheita do trigo, para que não se deixe a terra sem cobertura. Mais difícil será a avaliação dos danos sofridos pelas variedades de ciclo médio e tardio, cuja atual fase de floração acontece em plantas de pequeno porte, o que acarretará novos prejuízos por ocasião da colheita. Devido à configura-

ção climatológica incomum ocorrida neste verão, não parece plausível a ocorrência, até o início da colheita, da regularidade pluviométrica necessária à recuperação das lavouras que ainda não floresceram.

REIVINDICAÇÕES ADIADAS.

Pautando-se pela cautela, as autoridades estaduais optaram por não apresentarem, até o momento, reivindicações de auxílio ao governo federal, preferindo encaminhar solicitações de apoio ao próximo plantio do trigo, como um preço de garantia atraente, antecipadamente anunciado, e a permanência do tratamento diferenciado para o cereal, quanto ao percentual de financiamento de custeio.

SITUAÇÃO DO PARANÁ É MELHOR.

Embora as maiores perdas estejam-se registrando no Rio Grande do Sul, também a safra paranaense apresenta problemas. Se as chuvas que já caíram permitiram a recuperação de diversas plantações nas regiões Centro, Centro-Sul e Norte do estado, a região Oeste padece de situação semelhante à enfrentada pela sojicultura gaúcha. Perdas elevadas naquela área poderão implicar em diminuição entre 10 e 15% no total colhido do Paraná, que montaria ao redor de 4,4 milhões de t, ao invés das 5,05 milhões de t esperadas.

Assim, caso os cálculos atuais se confirmem, ainda não será desta vez que o recorde estabelecido pela safra 76/77 será superado.

Também colaboraram neste número, os seguintes estagiários:

Lauro Flávio de Faria
Rogério Carneiro Campello
Andréa Delmonte
Iracema Bouza Pessôa
Frederico A. N. B. Neto

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal: 9.052 — ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 — Rio de Janeiro — RJ

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR
Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida. Estado de São Paulo — representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

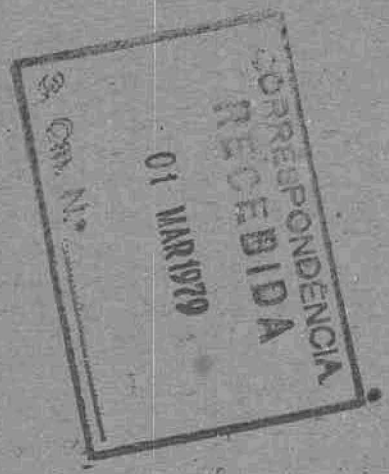
COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais — Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais — Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais — Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas — Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica — Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados — Eugenio Decourt



Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL